



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005109-36.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **EUCLYDES DONIZETTI BIANCONI**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo c/c pedido liminar proposta por **EUCLYDES DONIZETTI BIANCONI** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN** e **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DER** na qual pretende que se declare nula a penalidade de cassação do seu direito de dirigir, aplicada em seu desfavor no processo administrativo n. 82/2017, porque baseou-se em infração cometida em estado de necessidade.

Liminar foi indeferida, a fls. 25.

Citado, o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN/SP apresentou contestação (fls. 35/40). Arguiu, preliminarmente, ilegitimidade passiva. Aduz, ainda, que o auto de infração que deu origem ao processo de cassação foi aplicado pelo DER, a quem cabe responder por eventual vício na autuação. No mérito, pugnou pela improcedência do pedido.

O Departamento de Estradas de Rodagem, devidamente citado, deixou de apresentar contestação.

Réplica às fls. 44/48.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido não comporta acolhimento.

Tem-se hipótese o autor alega que foi autuado por infração de trânsito,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

consistente em conduzir veículo sem os documentos de porte obrigatório, no dia 02/09/2016, as 14:10 horas, enquanto cumpria a penalidade de suspensão do direito de dirigir. Não nega o cometimento da infração, mas discute a aplicação da penalidade, sustentando que cometeu a irregularidade em estado de necessidade, pois, no dia da infração, houve incêndio em uma propriedade rural vizinha da propriedade do Grupo Encalso Damha, do qual é empregado e possui a função de encarregado geral da brigada de incêndio, sendo que, pela função que exercia, teve a obrigação de se dirigir até o local do incêndio a fim de controlar o alastramento do fogo e, ao retornar da propriedade atingida, foi abordado por policiais que o autuaram pela infração exposta.

O estado de necessidade não é instituto inerente apenas ao Direito Penal; ao contrário, tem-se aí conceito ligado a todo o Direito Sancionador - inclusive nos ramos cível e administrativo.

A figura do estado de necessidade liga-se à ideia de que não pode existir atentado ao Direito, ao justo, na conduta praticada a fim de salvaguardar bem jurídico de maior relevância que o bem jurídico maculado, pois o ordenamento jurídico não pode deslegitimar conduta que é benéfica a bem jurídico a que ele próprio confere maior valor.

Sendo assim, para que o ato administrativo, infração de trânsito, seja afastado é necessária prova cabal de que a conduta do autor salvaguarda direito de maior relevância para o ordenamento jurídico.

No caso vertente não há provas contundentes da gravidade da situação capaz de enquadrar a emergência do incêndio em estado de necessidade. Sobre o acidente verifica-se apenas prova unilateral constituída pela declaração do empregador do autor, de fls. 24.

As fundamentações baseiam-se na obrigação contratual que o autor tem com o condomínio e, mesmo sendo considerado um dever instituído pelo ordenamento jurídico, não possui relevância superior às leis de trânsito que se fundamentam na segurança do tráfego e dos pedestres.

A suspensão do direito de dirigir impede a condução de veículos automotores, configurando impedimento do autor para exercer a função a ele atribuída de participar da brigada de incêndio. Nessa situação, deveria ele ter comunicado seu superior,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a fim de que outro empregado fosse habilitado para atuar, durante o pedido de suspensão de sua habilitação.

Ademais, a autuação ocorreu quando já havia cessado o fogo e o autor estava retornando para a propriedade. Sendo assim, caberia a ele ter solicitado a presença de outro funcionário, para conduzir o veículo de volta.

Diante deste panorama, não se verifica nenhuma irregularidade na autuação praticada.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do CPC.

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P I

São Carlos, 23 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**